

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 26/XII/3.^a SL

Aos 8 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 10 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Apreciação e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas:**

Proposta de Lei n.º 187/XII/3.^a (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 187/XII/3.^a, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, transpondo as Diretivas n.ºs 2011/95/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, 2013/32/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho e 2013/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho.

Relatora: Deputada Ana Catarina Mendes (PS)

Proposta de Lei n.º 188/XII/3.^a (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 22/99, de 21 de abril, que regula a criação de bolsas de agentes eleitorais e a compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto em atos eleitorais e referendários.

Relator: Deputado Luís Pita Ameixa (PS)
4. **Fixação de redação final do texto que "Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias praticadas com utilização de veículo matriculado num Estado-Membro distinto daquele onde a infração foi cometida, e transpõe a Diretiva n.º 2011/82/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, que visa facilitar o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária" - Proposta de Lei n.º 172/XII/3.^a (GOV);**
5. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
6. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Secretário-Geral do SIRP sobre a eventual "existência de uma célula da NSA e CIA a operar em Portugal";**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 26/XII/3.^a SL

- 7** **Apreciação e votação das atas n.ºs 20 a 25/XII/3.^a, correspondentes às reuniões de 4 a 18 de dezembro de 2013;**
- 8** **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, foi designada relatora a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) para a elaboração do parecer solicitado à 1.^a Comissão, com caráter de urgência, pela Comissão de Economia e Obras Públicas, sobre a proposta de lei n.º 141/XII/2 - Aprova os regimes jurídicos do ensino da condução, regulando o acesso e o exercício da atividade de exploração de escolas de condução, da profissão de instrutor de condução, da profissão de diretor de escola de condução e da certificação das respetivas entidades formadoras, tendo ficado o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) de indicar, posteriormente, o nome do Deputado relator do parecer sobre a Conta Geral do Estado, solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

Seguidamente, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas europeias:

Título do Documento	Deputado Relator	Data-limite de envio à CAE:
<i>Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao reforço de certos aspetos da presunção de inocência e do direito de comparecer em tribunal em processo penal [COM(2013)821]. Esta iniciativa europeia inclui três documentos de trabalho [SWD(2013)478, SWD(2013)479 e SWD(2013)500]</i>	Deputado Jorge Lacão (PS)	15 de janeiro de 2014
<i>Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a garantias processuais para os menores suspeitos ou arguidos em processo penal [COM(2013)822]. Esta iniciativa europeia inclui três documentos de trabalho [SWD(2013)480, SWD(2013)481 e SWD(2013)492]</i>	Deputado Jorge Lacão (PS)	15 de janeiro de 2014
<i>Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao apoio judiciário provisório para suspeitos ou arguidos privados de liberdade e ao apoio judiciário em processos de execução de mandados de detenção europeus [COM(2013)824]. Esta iniciativa europeia inclui três documentos de trabalho [SWD(2013)476, SWD(2013)477 e SWD(2013)499]</i>	Deputado Jorge Lacão (PS)	15 de janeiro de 2014

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 26/XII/3.ª SL

<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Avançar na aplicação da agenda da União Europeia em matéria de garantias processuais dos suspeitos ou arguidos – reforçar as bases do espaço europeu de justiça penal [COM(2013)820].</p>	<p>Deputado João Lobo (PSD)</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Livre circulação dos cidadãos da UE e das suas famílias: cinco medidas para fazer a diferença [COM(2013)837].</p>	<p>Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o trabalho da Task Force Mediterrâneo [COM(2013)869] Obs: foi também distribuída à 2.ª CNECP</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação [COM(2013)853].</p>	<p>Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)</p>	<p>12 de fevereiro de 2014</p>

No terceiro ponto da ordem do dia, começou por ser apreciado o parecer sobre a [proposta de lei n.º 187/XII/3.ª \(GOV\)](#) – Procede à primeira alteração à Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, transpondo as Diretivas n.ºs 2011/95/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, 2013/32/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho e 2013/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, que foi apresentado pelo Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), em substituição da respetiva relatora, Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS), que se encontrava ausente. No final, o parecer foi aprovado (partes I e III) por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do PEV.

Em seguida, o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) apresentou o seu parecer sobre a [proposta de lei n.º 188/XII \(3.ª\) \(GOV\)](#) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 22/99, de 21 de abril, que regula a criação de bolsas de agentes eleitorais e a compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto em atos

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 26/XII/3.^a SL

eleitorais e referendários, tendo sublinhado o facto de, em sua opinião, a proposta de lei não conter uma designação em título nem a indicação do número de ordem da alteração legislativa a que procede e sugerido, ainda, a promoção da consulta da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e da Associação Nacional das Freguesias (ANAFRE) sobre a matéria, após o que interveio a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD), que contestou as observações feitas pelo Senhor Deputado relator e propôs a eliminação de todas as referências feitas na Parte I (Considerandos) do parecer sobre o título, o número de ordem da alteração legislativa e a audição da ANAFRE e da ANMP, sugerindo que as mesmas passassem a constar da Parte II (Opinião do relator) do parecer, proposta que foi aceite pelo Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS). Submetidas a votação, as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do PEV.

No ponto seguinte, foi fixada a redação final do texto que "Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias praticadas com utilização de veículo matriculado num Estado-Membro distinto daquele onde a infração foi cometida, e transpõe a Diretiva n.º 2011/82/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, que visa facilitar o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária" [[proposta de lei n.º 172/XII \(3.^a\) \(GOV\)](#)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade, na ausência do PCP e do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 225/DAPLEN/2013, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa, incluindo a fórmula inicial.

Em seguida, o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) procedeu à apresentação do seu relatório sobre a iniciativa europeia PARLNAT(2013)307 - Iniciativa da Bélgica, Bulgária, República Checa, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia e Suécia, tendo em vista a adoção de um regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 26/XII/3.^a SL

Decisão 2005/681/JAI, que cria a Academia Europeia de Polícia (CEPOL). Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP e do PEV.

Procedeu-se, depois, à apreciação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para a audição do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) sobre a eventual «existência de uma célula da NSA e CIA a operar em Portugal». Usaram da palavra, além da Senhora Deputada Cecília Honório (BE), o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS), que recordou que a Assembleia da República tem o direito e o dever de fiscalizar o SIRP através do seu Conselho de fiscalização e não do Secretário-Geral e questionou para quando o agendamento da audição do Conselho de Fiscalização do SIRP, requerida oralmente pelo PS em reunião anterior; a Senhora Deputada Teresa Leal Coelho (PSD), que considerou não ser viável a solicitação da vinda a esta Comissão do Secretário-Geral do SIRP para se pronunciar sobre matérias qualificadas, requerendo antes, em nome do PSD, a realização de uma audição do Secretário-Geral do SIRP de âmbito genérico, sobre a atividade do SIRP na perspetiva da salvaguarda de direitos, liberdades e garantias, e convidando a Senhora Deputada Cecília Honório (BE) a juntar-se a esta iniciativa, tendo esta, no entanto, retorquido que, ao ser retirado qualquer fundamento político à audição do Secretário-Geral do SIRP, o requerimento do PSD ficaria sem objeto. Por sua vez, a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) concordou com a realização de uma audição de natureza mais genérica, sem esquecer a do Conselho de Fiscalização do SIRP, tal como foi mencionado pelo Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS). No final, por sugestão do Senhor Presidente, foram retirados os dois requerimentos em discussão e, por consenso, deliberado agendar, para o próximo dia 14 de janeiro, as audições do Conselho de Fiscalização e do Secretário-Geral do SIRP, recaindo esta sobre todas as matérias que estejam o âmbito da atividade do SIRP, a fim de que sejam prestados os esclarecimentos que os Deputados entenderem por convenientes.

No sétimo ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 20 a 25/XII (3.^a), correspondentes, respetivamente, às reuniões de 4 a 18 de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 26/XII/3.^a SL

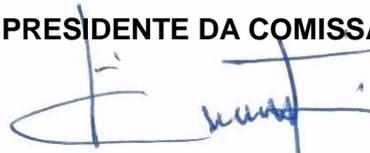
dezembro de 2013, que foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PCP e do PEV.

No ponto reservado a «Outros assuntos», o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) questionou para quando a realização de nova audição do Ministro da Administração Interna, na sequência dos acontecimentos ocorridos em frente à Assembleia da República no dia 21 de novembro de 2013, uma vez que houve consenso na Comissão de que a mesma teria lugar logo que estivesse concluído o relatório da IGAI sobre tal ocorrência. O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) informou que, de momento, o Grupo Parlamentar do PSD não iria tomar posição sobre o assunto, tendo o Senhor Presidente clarificado que, sobre esse assunto, não tinha havido deliberação da Comissão, apenas a manifestação de uma disponibilidade tácita por parte de todos os Deputados nesse sentido.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 8 de janeiro de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Fernando Negrão)

Nota: Aprovada em 05-02-2014



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 26/XII/3.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Gameiro
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
João Lobo
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Margarida Almeida

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Isabel Oneto
José Luís Ferreira